

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. ("Banco"), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância das normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e do modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Este relatório, as demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentados em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Atuação
O Banco contando com sólida estrutura organizacional, linha de negócios bem definidas, sólida governança corporativa, robustez gestão de riscos e sistemas, vem atuando nos segmentos:

Corporate: Grandes Empresas - conta com alocação de equipe dedicada e regras de governança exclusivas para este segmento.
Atuação em - atuação na Pecuária e Agricultura, com foco em produtores altamente profissionalizados e em segmentos bem definidos;
Cessão de recebíveis - atuação com clientes do segmento de comércio atacadista e varejista, junto à cadeia de valor do grupo, e empresas de grande porte nacionais e multinacionais.

Banco Digital: Pessoa Física
Foi lançado em 27 de março de 2016, com um Full Bank, oferecendo, além de conta corrente, cartões de crédito, linhas de crédito pessoal, seguros, previdência, produtos de investimento diversificados e de múltiplas funcionalidades disponíveis através da plataforma 100% digital.
Dentre os serviços oferecidos, destacam-se as aberturas de contas, a contratação de produtos de forma 100% digital, depósitos em dinheiro via boleto, de cheque via imagem, tudo em apenas poucos cliques.
O Banco Digital foi concebido para oferecer serviços personalizados, produtos inovadores e trazer pulverização e diversificação para a base de captação do Banco.

A plataforma digital do Original oferece serviços de qualidade e atendimento diferenciado, utilizando o que há de mais atual e disruptivo em tecnologia.
Pequenas e médias empresas
Em maio de 2019, iniciamos a atuação no segmento de pequenas e médias empresas, com a abertura de contas 100% digitais para Empreendedores Individuais (MEI, EIRELI, etc.), com a conta Pessoa Única. Esta é a primeira fase da nova atuação do Original no atendimento a empresas de menor porte. A partir de 2020, o atendimento digital será ampliado para empresas com mais de um sócio, e será feito por faixas, sendo por empresas com faturamento anual entre R\$ 2.000 e R\$ 20.000.

Caixa e capital:
Destaca-se, ainda, a disponibilidade de caixa e capital, além do baixo índice de alavancagem, que permite ao Banco estar bem posicionado para identificar as melhores oportunidades de mercado.
No primeiro semestre de 2019, expandimos os relacionamentos existentes e atraímos novos investidores em todos os segmentos, o que levou a um crescimento de 49% da captação total, passando de R\$ 5.997.620 em junho de 2018 para R\$ 8.926.912 em junho de 2019.

Destques do primeiro semestre de 2019:
• **Criação do Conselho de Administração**
No processo contínuo de evolução da Governança Corporativa do Original, foi decidida a criação de um Conselho de Administração. O Conselho foi aprovado em 28 de fevereiro de 2019 pelo Banco Central do Brasil, e conta hoje com dois Membros independentes e dois Membros de partes relacionadas.

• **A alterações no corpo diretivo**
Alexandre Abreu, que foi presidente do Banco do Brasil e se juntou ao time do Original em agosto de 2018, assumiu a presidência do Banco, em janeiro de 2019.
Raul Moreira, ex-presidente da Alelo, assumiu a diretoria executiva de Tecnologia, Produtos e Operações, em março de 2019.
Maurício Mauroano, ex-vice presidente do Banco do Brasil, assumiu a recém-criada diretoria do segmento de pequenas e médias empresas em junho de 2019.

Open Banking
Com o objetivo de ampliar as linhas de negócios e atuar em múltiplas verticais, diversificamos a atuação do banco em novos segmentos aproveitando a estrutura de Open Banking, diferenciada que utiliza o que é mais atual em inovação tecnológica.

Neste processo de ampliação da atividade, as *Fintechs* são parceiros importantes para o Original. O Banco constantemente avalia oportunidades de negócios neste universo de *Startups*. Podemos atuar desde a distribuição de nossos produtos e serviços financeiros nas plataformas destas *Fintechs*, até avaliar estruturas alternativas para oferecer produtos destas *Fintechs* para nossos clientes. Outra atuação possível, por exemplo, é alinhada com a agenda Bacen, é a de contribuir nos processos de governança, avaliação de risco e PLD destas *Startups*, dando mais robustez às suas respectivas atividades.

• **Crescimento da base de clientes, ativos e captação no Banco Digital**
O Original segue firme na sua estratégia de ser um dos principais bancos com tecnologia digital. Esse esforço tem dado resultados positivos desde seu lançamento. Com a diversificação da atuação, atingimos a marca de aproximadamente 1,6 milhões de clientes em 30 de junho de 2019, saindo de 621 mil em junho de 2018, representando um aumento de 258% no período.

A carteira de crédito e a captação advindas deste segmento somam respectivamente R\$ 539.776 e R\$ 1.301.028, ao final do primeiro semestre de 2019, também refletindo a expansão da base de clientes.
• **Prêmios e Reconhecimentos**
Criado em 2001 pela Editora Executivos Financeiros, o Prêmio eFinance tem por objetivo premiar as soluções de ponta que contribuem decisivamente para elevar a eficiência operacional, aprimorar a gestão e adicionar real valor à indústria bancária, securitária, empresas de créditos e de meios de pagamentos e demais players do setor.

Em sua 19ª edição, em 2019, o Banco Original foi reconhecido com as seguintes premiações:
• **efinance 2019 - Premiados em 02 categorias:**
Categoria: Banco Digital.
Case: "Jornada do Banco Original Digital" e "Plataforma de Agente Original".
Categoria: Gestão de Identidade
Case: "Projeto Liveness" e "Validação automática de CNH".

• **Outras premiações**
- Prêmio Valor Inovador Brasil: Original entre os TOP 5 dos bancos mais inovadores.
Unico Banco 100% digital a figurar entre os primeiros do ranking. O Original foi o primeiro banco a permitir abertura de conta e aprovação de limite de crédito sem apresentação de documento, usando inteligência artificial, geolocalização e inteligência de renda premium.
- Associação Brasileira de Marketing de Dados (ABEMD): Inovação na captação de clientes.
Inovação na captação de clientes garante reconhecimento ao Original pela Associação Brasileira de Marketing de Dados (ABEMD) na categoria Especialidade CRM/Loyalty-com. O projeto foi uma parceria entre o SERASA e o Original.

Desempenho nos Negócios
1. Resultados
Em 30 de junho de 2019, o Banco apresentou lucro de R\$ 579, contra um lucro de R\$ 1.478 apresentado no 1º semestre de 2018.
Mantemos a perspectiva anteriormente compartilhada de que os resultados do banco devem ainda apresentar volatilidade até a maturação da atividade de varejo, esperada para 2020 mantidas as expectativas de melhoria nos cenários, político e econômico do país.

Ativos e Passivos
Ativos
O total de ativos atingiu R\$ 11.890.711 (30/06/2018 - R\$ 9.135.008) ao final do período, representado principalmente por:

Descrição	30/06/2018	30/06/2019
Aplicações Interfinanceiras	377.368	900.272
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	2.124.179	3.204.209
Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito	5.209.305	6.585.061

No primeiro semestre de 2019, em linha com o plano de negócio traçado pelo corpo diretivo, seguimos crescendo em importância e relevância a carteira do Agronegócio e a carteira de Recebíveis, diversificando a base de clientes e melhorando o risco da carteira.
A carteira de crédito expandida, composta pela carteira de crédito e outros créditos, fiança e títulos privados, ao término do semestre, atingiu o saldo de R\$ 7.894.914 (30/06/2018 - R\$ 6.086.429) com um crescimento de 30% nos 12 meses.

O saldo da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa e de fiança é de R\$ 216.919 (30/06/2018 - R\$ 187.094), correspondendo a 3% da carteira expandida.
O prazo médio da carteira ativa ao final do semestre é de 387 dias.
O resultado das políticas mais relevantes nas cessões de créditos está demonstrado pelos seguintes indicadores:

- 83,13% da Carteira de Crédito está concentrada nos Ratings AA a A;
- 95,13% da Carteira Crédito Total está em Curso Normal.

Houve melhora importante da qualidade da carteira de crédito do banco. A inadimplência acima de 90 dias se mantém abaixo da média do mercado, demonstra que o crescimento do ano ocorreu de forma consistente e dentro da política seletiva de crédito.

Período	PCLD/ Carteira	Carteira AA-C	Carteira D-H	NPL Original	NPL Mercado Recursos Livres*
Jun-18	3,56%	87,90%	6,30%	3,26%	4,40%
Jun-19	3,20%	95,13%	4,84%	1,31%	3,83%

*Fonte: Site Banco Central do Brasil - Sistema gerenciado de Séries Temporais
Destaca-se ainda que mesmo com a queda do NPL (Inadimplência acima de 90 dias) pela melhoria da qualidade dos créditos, foram mantidos os critérios de provisionamento que geram impacto positivo no lucro, conforme a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002 e alterações subsequentes, do Banco Central do Brasil.
O quadro a seguir demonstra que mesmo com crescimento expressivo da carteira comparado ao mesmo período de 2018, a posição de risco de crédito do Conglomerado apresenta elevados indicadores de cobertura via garantia real. O percentual da carteira não coberta por este tipo de garantia é majoritariamente composto por operações de cessão de recebíveis performados, produto de crédito cujo recebível é o próprio lastro da operação. De acordo com a política de concessão de crédito aos clientes do banco de atacado, normalmente são solicitadas garantias reais para as operações de crédito, para proteção contra possível desvalorização, custos processuais ou perdas financeiras advindas da ação de sequestro da garantia. O registro das garantias é realizado na forma da lei, e em se tratando-se de penhor ou alienação de bens móveis ou imóveis, se dá nos cartórios competentes.

Rating	Em Dia (Normal)	Em Atraso (Anormal)	Saldo Carteira	PCLD	Garantia Real	% Cobertura
AA - C	6.179.231	84.827	6.264.058	38.978	4.774.381	76,2%
D-H	156.589	164.414	321.003	171.741	338.374	105,4%
TOTAL	6.335.820	249.241	6.585.061	210.719	5.112.755	77,6%

Funding
O funding total do Banco apresentou crescimento importante, da ordem de 49% atingindo R\$ 8.926.912 (30/06/2018 - R\$ 5.997.620) e fecha o primeiro semestre de 2019 com um prazo médio de 403 dias. Com a expansão da base e dos clientes do Banco Digital, a captação vindo deste segmento, já representa 14,6% deste valor, que equivale a R\$ 1.301.028.
Este crescimento importante da captação, permitiu não somente a expansão dos ativos de crédito, mas também que encerramos o semestre com mais de uma vez o Patrimônio Líquido em caixa. O caixa total que havia encerrado o 1º semestre de 2018 em R\$ 1.287.446, encerra o 1º semestre de 2019 em R\$ 2.932.225, com incremento de 128% em 12 meses, demonstrando assim, nossa forte estrutura de liquidez.

Rating	Em Dia (Normal)	Em Atraso (Anormal)	Saldo Carteira	PCLD	Garantia Real	% Cobertura
AA - C	6.179.231	84.827	6.264.058	38.978	4.774.381	76,2%
D-H	156.589	164.414	321.003	171.741	338.374	105,4%
TOTAL	6.335.820	249.241	6.585.061	210.719	5.112.755	77,6%

Carteira e Garantias
O funding total do Banco apresentou crescimento importante, da ordem de 49% atingindo R\$ 8.926.912 (30/06/2018 - R\$ 5.997.620) e fecha o primeiro semestre de 2019 com um prazo médio de 403 dias. Com a expansão da base e dos clientes do Banco Digital, a captação vindo deste segmento, já representa 14,6% deste valor, que equivale a R\$ 1.301.028.
Este crescimento importante da captação, permitiu não somente a expansão dos ativos de crédito, mas também que encerramos o semestre com mais de uma vez o Patrimônio Líquido em caixa. O caixa total que havia encerrado o 1º semestre de 2018 em R\$ 1.287.446, encerra o 1º semestre de 2019 em R\$ 2.932.225, com incremento de 128% em 12 meses, demonstrando assim, nossa forte estrutura de liquidez.

Resultados de Exercícios Futuros
Rendias Antecipadas 13.537 11.117
Patrimônio Líquido 2.096.186 2.083.508
Capital Social 2.130.001 2.130.001
De Domiciliados no País 17.a 2.130.001 2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial 17.b 11.558 (437)
Prejuízos Acumulados (45.373) (46.056)

Resultados de Exercícios Futuros
Rendias Antecipadas 13.537 11.117
Patrimônio Líquido 2.096.186 2.083.508
Capital Social 2.130.001 2.130.001
De Domiciliados no País 17.a 2.130.001 2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial 17.b 11.558 (437)
Prejuízos Acumulados (45.373) (46.056)

Resultados de Exercícios Futuros
Rendias Antecipadas 13.537 11.117
Patrimônio Líquido 2.096.186 2.083.508
Capital Social 2.130.001 2.130.001
De Domiciliados no País 17.a 2.130.001 2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial 17.b 11.558 (437)
Prejuízos Acumulados (45.373) (46.056)

Resultados de Exercícios Futuros
Rendias Antecipadas 13.537 11.117
Patrimônio Líquido 2.096.186 2.083.508
Capital Social 2.130.001 2.130.001
De Domiciliados no País 17.a 2.130.001 2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial 17.b 11.558 (437)
Prejuízos Acumulados (45.373) (46.056)

Resultados de Exercícios Futuros
Rendias Antecipadas 13.537 11.117
Patrimônio Líquido 2.096.186 2.083.508
Capital Social 2.130.001 2.130.001
De Domiciliados no País 17.a 2.130.001 2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial 17.b 11.558 (437)
Prejuízos Acumulados (45.373) (46.056)

Resultados de Exercícios Futuros
Rendias Antecipadas 13.537 11.117
Patrimônio Líquido 2.096.186 2.083.508
Capital Social 2.130.001 2.130.001
De Domiciliados no País 17.a 2.130.001 2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial 17.b 11.558 (437)
Prejuízos Acumulados (45.373) (46.056)

Resultados de Exercícios Futuros
Rendias Antecipadas 13.537 11.117
Patrimônio Líquido 2.096.186 2.083.508
Capital Social 2.130.001 2.130.001
De Domiciliados no País 17.a 2.130.001 2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial 17.b 11.558 (437)
Prejuízos Acumulados (45.373) (46.056)

Resultados de Exercícios Futuros
Rendias Antecipadas 13.537 11.117
Patrimônio Líquido 2.096.186 2.083.508
Capital Social 2.130.001 2.130.001
De Domiciliados no País 17.a 2.130.001 2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial 17.b 11.558 (437)
Prejuízos Acumulados (45.373) (46.056)

Resultados de Exercícios Futuros
Rendias Antecipadas 13.537 11.117
Patrimônio Líquido 2.096.186 2.083.508
Capital Social 2.130.001 2.130.001
De Domiciliados no País 17.a 2.130.001 2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial 17.b 11.558 (437)
Prejuízos Acumulados (45.373) (46.056)

Resultados de Exercícios Futuros
Rendias Antecipadas 13.537 11.117
Patrimônio Líquido 2.096.186 2.083.508
Capital Social 2.130.001 2.130.001
De Domiciliados no País 17.a 2.130.001 2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial 17.b 11.558 (437)
Prejuízos Acumulados (45.373) (46.056)

Resultados de Exercícios Futuros
Rendias Antecipadas 13.537 11.117
Patrimônio Líquido 2.096.186 2.083.508
Capital Social 2.130.001 2.130.001
De Domiciliados no País 17.a 2.130.001 2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial 17.b 11.558 (437)
Prejuízos Acumulados (45.373) (46.056)

Resultados de Exercícios Futuros
Rendias Antecipadas 13.537 11.117
Patrimônio Líquido 2.096.186 2.083.508
Capital Social 2.130.001 2.130.001
De Domiciliados no País 17.a 2.130.001 2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial 17.b 11.558 (437)
Prejuízos Acumulados (45.373) (46.056)

Resultados de Exercícios Futuros
Rendias Antecipadas 13.537 11.117
Patrimônio Líquido 2.096.186 2.083.508
Capital Social 2.130.001 2.130.001
De Domiciliados no País 17.a 2.130.001 2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial 17.b 11.558 (437)
Prejuízos Acumulados (45.373) (46.056)

Resultados de Exercícios Futuros
Rendias Antecipadas 13.537 11.117
Patrimônio Líquido 2.096.186 2.083.508
Capital Social 2.130.001 2.130.001
De Domiciliados no País 17.a 2.130.001 2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial 17.b 11.558 (437)
Prejuízos Acumulados (45.373) (46.056)

Resultados de Exercícios Futuros
Rendias Antecipadas 13.537 11.117
Patrimônio Líquido 2.096.186 2.083.508
Capital Social 2.130.001 2.130.001
De Domiciliados no País 17.a 2.130.001 2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial 17.b 11.558 (437)
Prejuízos Acumulados (45.373) (46.056)

Resultados de Exercícios Futuros
Rendias Antecipadas 13.537 11.117
Patrimônio Líquido 2.096.186 2.083.508
Capital Social 2.130.001 2.130.001
De Domiciliados no País 17.a 2.130.001 2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial 17.b 11.558 (437)
Prejuízos Acumulados (45.373) (46.056)

Resultados de Exercícios Futuros
Rendias Antecipadas 13.537 11.117
Patrimônio Líquido 2.096.186 2.083.508
Capital Social 2.130.001 2.130.001
De Domiciliados no País 17.a 2.130.001 2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial 17.b 11.558 (437)
Prejuízos Acumulados (45.373) (46.056)

Resultados de Exercícios Futuros
Rendias Antecipadas 13.537 11.117
Patrimônio Líquido 2.096.186 2.083.508
Capital Social 2.130.001 2.130.001
De Domiciliados no País 17.a 2.130.001 2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial 17.b 11.558 (437)
Prejuízos Acumulados (45.373) (46.056)

Resultados de Exercícios Futuros
Rendias Antecipadas 13.537 11.117
Patrimônio Líquido 2.096.186 2.083.508
Capital Social 2.130.001 2.130.001
De Domiciliados no País 17.a 2.130.001 2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial 17.b 11.558 (437)
Prejuízos Acumulados (45.373) (46.056)

Resultados de Exercícios Futuros
Rendias Antecipadas 13.537 11.117
Patrimônio Líquido 2.096.186 2.083.508
Capital Social 2.130.001 2.130.001
De Domiciliados no País 17.a 2.130.001 2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial 17.b 11.558 (437)
Prejuízos Acumulados (45.373) (46.056)

Resultados de Exercícios Futuros
Rendias Antecipadas 13.537 11.117
Patrimônio Líquido 2.096.186 2.083.508
Capital Social 2.130.001 2.130.001
De Domiciliados no País 17.a 2.130.001 2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial 17.b 11.558 (437)
Prejuízos Acumulados (45.373) (46.056)

Resultados de Exercícios Futuros
Rendias Antecipadas 13.537 11.117
Patrimônio Líquido 2.096.186 2.083.508
Capital Social 2.130.001 2.130.001
De Domiciliados no País 17.a 2.130.001 2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial 17.b 11.558 (437)
Prejuízos Acumulados (45.373) (46.056)

Resultados de Exercícios Futuros
Rendias Antecipadas 13.537 11.117
Patrimônio Líquido 2.096.186 2.083.508
Capital Social 2.130.001 2.130.001
De Domiciliados no País 17.a 2.130.001 2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial 17.b 11.558 (437)
Prejuízos Acumulados (45.373) (46.056)

Resultados de Exercícios Futuros
Rendias Antecipadas 13.537 11.117
Patrimônio Líquido 2.096.186 2.083.508
Capital Social 2.130.001 2.130.001
De Domiciliados no País 17.a 2.130.001 2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial 17.b 11.558 (437)
Prejuízos Acumulados (45.373) (46.056)

Resultados de Exercícios Futuros
Rendias Antecipadas 13.537 11.117
Patrimônio Líquido 2.096.186 2.083.508
Capital Social 2.130.001 2.130.001
De Domiciliados no País 17.a 2.130.001 2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial 17.b 11.558 (437)
Prejuízos Acumulados (45.373) (46.056)

Capital e Basileia

O Índice de Basileia do Banco continua bastante confortável, encerrando o semestre em 13,72%. Este índice foi calculado de maneira prudencial em linha com os conceitos de Basileia e exclui o impacto da venda da marca feito em dez/16 e da Corredora de Seguros em dez/18. Tal efeito só é incorporado no cálculo quando há o efetivo recebimento das parcelas em aberto. Excluindo os ajustes prudenciais acima mencionados, o índice de BIS III é de 14,23% ao final de junho de 2019. Em resumo, o Banco permanece com baixa alavancagem, resultando em espaço de capital para suportar com folga o crescimento futuro dos negócios.

Patrimônio Líquido
O Patrimônio Líquido resultante ao final do semestre foi de R\$ 2.096.186 (30/06/2018 - R\$ 2.083.508), composto da seguinte maneira:

Descrição	30/06/2018	30/06/2019
Capital Social	2.130.001	2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(437)	11.558
Prejuízos Acumulados	(46.056)	(45.373)

Agência de Rating

Agência	Curto prazo		Longo prazo	
	Escala Nacional	Escala Global	Curto prazo	Longo prazo
Fitch Ratings (1)	F2	BBB	B	B+
S&P (2)	A-2	A-		

(1) Abril 2019
(2) Setembro 2018

Governança Corporativa
1. Gerenciamento de Riscos e Controles
O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com os requisitos estabelecidos pelo Banco e atendendo às regulações pertinentes.
Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do tamanho da posição diante da liquidez dos mercados durante processos de liquidação.
Risco de Liquidez: possibilidade de o Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito, em relação a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.
2. Comitê de Auditoria
A partir do 3º trimestre de 2014 o Comitê de Auditoria passou a ser composto por membros altamente qualificados, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.329/2014, completando a estrutura de controle com um desenho que representa o mais alto padrão em Governança Corporativa.

Ouidoria
A estrutura de Ouidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.
No primeiro semestre de 2019, foram abertas 83 demandas (30/06/2018 - 374), as quais foram informadas à Alta Administração do Banco e, também constam no relatório de Ouidoria, exigido pela Resolução CMN 4.433 de 23 de julho de 2019.

Vale ressaltar que o Banco Original foi classificado em 1º lugar no ranking de qualidade no Atendimento ao

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* da: **m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Correntes e Diferidos):** A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%. As instituições financeiras, durante o período de setembro de 2015 a dezembro de 2018 estiveram sujeitas à alíquota de 20% (Lei nº 13.169/2015, fruto de conversão da MP nº 675/2015), retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Os créditos tributários são constituídos com base nas aliquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, e os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Em 30 de junho de 2019, os créditos tributários de Contribuição Social estão registrados a 15%, em função do término dos efeitos temporários trazidos pela Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social de 15% para 20% até 31 de dezembro de 2018. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. **n) Ativos e Passivos Contingentes, Provisões e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias):** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma: **• Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; **• Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos; **• Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; **• Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem opção senão a de liquidar a obrigação. **o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** O PIS (0,65%) e a COFINS (4%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "Despesas tributárias". **p) Outros Passivos:** Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações prefixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar. **q) Resultado de Exercícios Futuros:** Entendem-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondentes a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre as quais não haja nenhuma perspectiva de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva depende apenas da fluência do prazo. **r) Partes Relacionadas:** O Banco possui transações com partes relacionadas que estão demonstradas na Nota Explicativa nº 19, de acordo com os requisitos de divulgação do CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Resolução CMN nº 4.636/2018. A partir da Resolução nº 6.693/2018 as transações de operações de crédito com partes relacionadas são permitidas, desde que observadas, cumulativamente, as condições previstas no art. 6º e os limites previstos no art. 7º. **s) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP):** De acordo com a Resolução CMN nº 4.636/2018, a previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado de cada uma das entidades, conforme item 1 do art. 202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976. Nos primeiros semestres de 2019 e 2018 não foram declarados dividendos e juros sobre capital próprio pois o Banco possui estoque de prejuízo fiscal, ou seja, o lucro do semestre foi absorvido por estoque de prejuízo fiscal acumulado de períodos anteriores. **t) Avas e Fianças:** Os avais e fianças são honorários e prestados pelo Banco, não constituindo, por si só, registros em nome dos beneficiários ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transferir-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos. As rendas de comissões de avais e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por cobro/graças a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas. As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados dos Exercícios Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência. De acordo com a Resolução CMN nº 4.512/2018 as operações de avais e fianças prestadas e honoradas e não honoradas têm provisionamento atribuído a cada cliente conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda desta.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2019	30/06/2018
Disponibilidades em Moedas Nacional e Estrangeira	44.736	88.806
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez Titulo e Valores Mobiliários	713.268	501.013
Total	1.306.419	1.074.643

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	30/06/2019	30/06/2018
Até 3 Meses	663.091	253.991
De 3 a 12 Meses	-	663.091
Acima de 12 Meses	-	133.813
Total	663.091	1.050.895

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	30/06/2019	30/06/2018
a) Títulos e Valores Mobiliários		
a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva		
a.1.1) Títulos para Negociação		

	30/06/2019	30/06/2018
Carteira Própria		
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	158.204	167
Letras do Tesouro Nacional - NTN B	1.129.154	19.194
Títulos Privados		
Ações de Companhias Abertas (1)	227.646	462.160
Total Carteira Própria	1.510.004	481.521

	30/06/2019	30/06/2018
Carteira Própria		
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	118.289	(84)
Letras do Tesouro Nacional - NTN B	1.129.154	19.194
Títulos Privados		
Ações de Companhias Abertas (1)	227.646	462.160
Total Carteira Própria	1.510.004	481.521

	30/06/2019	30/06/2018
Carteira Própria		
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	118.289	(84)
Letras do Tesouro Nacional - NTN B	1.129.154	19.194
Títulos Privados		
Ações de Companhias Abertas (1)	227.646	462.160
Total Carteira Própria	1.510.004	481.521

	30/06/2019	30/06/2018
Carteira Própria		
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	118.289	(84)
Letras do Tesouro Nacional - NTN B	1.129.154	19.194
Títulos Privados		
Ações de Companhias Abertas (1)	227.646	462.160
Total Carteira Própria	1.510.004	481.521

	30/06/2019	30/06/2018
Carteira Própria		
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	118.289	(84)
Letras do Tesouro Nacional - NTN B	1.129.154	19.194
Títulos Privados		
Ações de Companhias Abertas (1)	227.646	462.160
Total Carteira Própria	1.510.004	481.521

	30/06/2019	30/06/2018
Carteira Própria		
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	118.289	(84)
Letras do Tesouro Nacional - NTN B	1.129.154	19.194
Títulos Privados		
Ações de Companhias Abertas (1)	227.646	462.160
Total Carteira Própria	1.510.004	481.521

	30/06/2019	30/06/2018
Carteira Própria		
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	118.289	(84)
Letras do Tesouro Nacional - NTN B	1.129.154	19.194
Títulos Privados		
Ações de Companhias Abertas (1)	227.646	462.160
Total Carteira Própria	1.510.004	481.521

	30/06/2019	30/06/2018
Carteira Própria		
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	118.289	(84)
Letras do Tesouro Nacional - NTN B	1.129.154	19.194
Títulos Privados		
Ações de Companhias Abertas (1)	227.646	462.160
Total Carteira Própria	1.510.004	481.521

	30/06/2019	30/06/2018
Carteira Própria		
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	118.289	(84)
Letras do Tesouro Nacional - NTN B	1.129.154	19.194
Títulos Privados		
Ações de Companhias Abertas (1)	227.646	462.160
Total Carteira Própria	1.510.004	481.521

	30/06/2019	30/06/2018
Carteira Própria		
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	118.289	(84)
Letras do Tesouro Nacional - NTN B	1.129.154	19.194
Títulos Privados		
Ações de Companhias Abertas (1)	227.646	462.160
Total Carteira Própria	1.510.004	481.521

	30/06/2019	30/06/2018
Carteira Própria		
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	118.289	(84)
Letras do Tesouro Nacional - NTN B	1.129.154	19.194
Títulos Privados		
Ações de Companhias Abertas (1)	227.646	462.160
Total Carteira Própria	1.510.004	481.521

	30/06/2019	30/06/2018
Carteira Própria		
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	118.289	(84)
Letras do Tesouro Nacional - NTN B	1.129.154	19.194
Títulos Privados		
Ações de Companhias Abertas (1)	227.646	462.160
Total Carteira Própria	1.510.004	481.521

	30/06/2019	30/06/2018
Carteira Própria		
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	118.289	(84)
Letras do Tesouro Nacional - NTN B	1.129.154	19.194
Títulos Privados		
Ações de Companhias Abertas (1)	227.646	462.160
Total Carteira Própria	1.510.004	481.521

	30/06/2019	30/06/2018
Carteira Própria		
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	118.289	(84)
Letras do Tesouro Nacional - NTN B	1.129.154	19.194
Títulos Privados		
Ações de Companhias Abertas (1)	227.646	462.160
Total Carteira Própria	1.510.004	481.521

	30/06/2019	30/06/2018
Carteira Própria		
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	118.289	(84)
Letras do Tesouro Nacional - NTN B	1.129.154	19.194
Títulos Privados		
Ações de Companhias Abertas (1)	227.646	462.160
Total Carteira Própria	1.510.004	481.521

	30/06/2019	30/06/2018
Carteira Própria		
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	118.289	(84)
Letras do Tesouro Nacional - NTN B	1.129.154	19.194
Títulos Privados		
Ações de Companhias Abertas (1)	227.646	462.160
Total Carteira Própria	1.510.004	481.521

	30/06/2019	30/06/2018
Carteira Própria		
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	118.289	(84)
Letras do Tesouro Nacional - NTN B	1.129.154	19.194
Títulos Privados		
Ações de Companhias Abertas (1)	227.646	462.160
Total Carteira Própria	1.510.004	481.521

	30/06/2019	30/06/2018
Carteira Própria		
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	118.289	(84)
Letras do Tesouro Nacional - NTN B	1.129.154	19.194
Títulos Privados		
Ações de Companhias Abertas (1)	227.646	462.160
Total Carteira Própria	1.510.004	481.521

	30/06/2019	30/06/2018
Carteira Própria		
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	118.289	(84)
Letras do Tesouro Nacional - NTN B	1.129.154	19.194
Títulos Privados		
Ações de Companhias Abertas (1)	227.646	462.160
Total Carteira Própria	1.510.004	481.521

	30/06/2019	30/06/2018
Carteira Própria		
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	118.289	(84)
Letras do Tesouro Nacional - NTN B	1.129.154	19.194
Títulos Privados		
Ações de Companhias Abertas (1)	227.646	462.160
Total Carteira Própria	1.510.004	481.521

	30/06/2019	30/06/2018
Carteira Própria		
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	118.289	(84)
Letras do Tesouro Nacional - NTN B	1.129.154	19.194
Títulos Privados		
Ações de Companhias Abertas (1)	227.646	462.160
Total Carteira Própria	1.510.004	481.521

	30/06/2019	30/06/2018
Carteira Própria		
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	118.289	(84)
Letras do Tesouro Nacional - NTN B	1.129.154	19.194
Títulos Privados		
Ações de Companhias Abertas (1)	227.646	462.160
Total Carteira Própria	1.510.004	481.521

	30/06/2019	30/06/2018
Carteira Própria		
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	118.289	(84)
Letras do Tesouro Nacional - NTN B	1.129.154	19.194
Títulos Privados		
Ações de Companhias Abertas (1)	227.646	462.160
Total Carteira Própria	1.510.004	481.521

	30/06/2019	30/06/2018
Carteira Própria		
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	118.289	(84)
Letras do Tesouro Nacional - NTN B	1.129.154	19.194
Títulos Privados		
Ações de Companhias Abertas (1)	227.646	462.160
Total Carteira Própria	1.510.004	481.521

	30/06/2019	30/06/2018
Carteira Própria		
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	118.289	(84)
Letras do Tesouro Nacional - NTN B	1.129.154	19.194
Títulos Privados		
Ações de Companhias Abertas (1)	227.64	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.2) Passivo Fiscal Diferido

	30/06/2019	30/06/2018
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	489.258	83.143
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	21.010	-
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(23.727)	(3.866)
Ajustes Futuro - DI e DDI	18.649	17.243
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(867)	(802)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	504.323	95.718
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	126.081	23.930
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL (1)	75.648	19.144
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	489.258	83.143
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	21.010	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	18.649	17.243
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(867)	(802)
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	24.595	4.668
Total do Passivo Fiscal Diferido	226.324	47.741
Circulante	8.013	47.741
Longo Prazo	218.311	-

(1) Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos à CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018, retornando a alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

b.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	Ativo Diferido	Passivo Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Diferido	Passivo Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2018	-	-	-	82.627	47.741	34.886
2019	1.394	8.013	(6.619)	51.593	-	51.593
2020	36.358	630	35.728	72.696	-	72.696
2021	23.891	7.460	16.431	65.905	-	65.905
2022	7.625	-	7.625	91.458	-	91.458
2023	6.752	-	6.752	-	-	-
Após 2023	306.011	210.221	95.790	2.032	-	2.032
Total	382.041	226.324	155.717	366.311	47.741	318.570

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros. Em 30 de junho de 2019, não foram constituídos créditos tributários, substancialmente, sobre prejuízo fiscal e base negativa, no montante de R\$ 41.421, os quais serão registrados quando apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com o estudo técnico e análises pela Administração e pelas normas do Bacen. **c) Valor Presente dos Créditos Tributários:** O valor presente do ativo fiscal diferido em 30 de junho de 2019, considerando a taxa de captação projetada para o período é de R\$ 224.084 (30/06/2018 - R\$ 311.777).

d) Outros Créditos - Diversos

	30/06/2019	30/06/2018
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar (1)	53.473	51.226
Devedores por Depósitos em Garantia	16.173	15.586
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 16.b.1)	8.361	8.175
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 16.b.2)	7.812	7.411
Adiantamentos Salariais/Outros	5.430	5.022
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	17.961	6.644
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	257	250
Valores a receber venda da marca (Nota 29.f)	13.256	11.534
Valores a receber venda Original Corporate Corretora (2)	36.412	-
Valores a receber de transações de pagamentos (3)	213.588	133.044
Valores a liquidar de distribuição de cobrança	33.270	29.145
Outros	15.077	6.983
Total	404.897	419.433
Circulante	375.468	232.314
Longo Prazo	29.429	187.120

(1) O Banco investiu durante o ano de 2015 em inovações tecnológicas para lançamento do Banco Digital. A variação do saldo deve-se ao reconhecimento de créditos fiscais referente ao valor aprovado pelo MCTI (Lei do Bem).

(2) O valor a receber da J&F Investimentos referente a venda da Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. foi avaliado por empresa independente. O saldo a receber vence em 2019.

(3) Refere-se a valores a receber das compras efetuadas com cartão de crédito.

e) Direitos Creditórios

	30/06/2019	30/06/2018
Direitos Creditórios (Nota 8.a) (1)	2.449.341	1.934.042
Total	2.449.341	1.934.042
Longo Prazo	-	161.466

(1) A rubrica "Direitos creditórios", que se refere à compra de direitos de recebíveis, a valores de mercado, com transferência definitiva dos riscos e benefícios, possui uma PLCD de R\$ 7.535 (30/06/2018 - R\$ 17.605). Do montante, R\$ 1.649.187 (30/06/2018 - R\$ 1.434.908) são da cadeia produtiva da J&F (Partes Relacionadas).

10. OUTROS VALORES E BENS

	30/06/2019	30/06/2018
Bens não de Uso - Imóveis (Provisão para Desvalorização)	113.386	114.674
Despesas Antecipadas	(13.607)	(11.860)
Total	116.822	117.287
Circulante	17.043	14.473
Longo Prazo	99.779	102.814

11. PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS

Investimentos Controladas do Banco	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)		30/06/2019	30/06/2018
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas		
Original Management Ltd.	Administração de Carteira/Fundos	1.999.800	99,99%	99,99%
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. (1)	Corretora de Seguros	885.550	19,90%	99,90%
Original App Ltda.	Desenvolvimento Teletendimento/ Prestação de serviços de crédito	3.449.655	99,99%	99,99%

Controladas do Banco	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido/Prejuízo	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial
			30/06/2019	30/06/2018	
Original Asset Management Ltda.	3.092	72	3.164	3.047	73
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	19.656	(16.747)	597	863	(3.332)
Original App Ltda.	2.592	(331)	2.261	2.551	(331)
Total	25.340	(17.006)	6.022	6.461	(3.590)

(1) Em 28 de dezembro de 2018, foi realizada a venda à J&F Investimento de 80% da parte acionária da Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. no montante de R\$ 178.400.

12. IMOBILIZAÇÃO DE USO

	30/06/2019	30/06/2018
Outras Imobilizações de Uso	37.535	(13.179)
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	67.630	(37.604)
Sistemas de Processamento de Dados	1.042	(559)
Sistemas de Segurança e Comunicações	483	247
Total	106.207	(51.342)

b) Movimentação do Imobilizado de Uso

	31/12/2018	30/06/2019	30/06/2018
Saldo Inicial	113.386	114.674	114.674
Aquisição	(13.607)	(11.860)	(11.860)
Depreciação	17.043	14.743	14.743
Total	116.822	117.287	117.287
Circulante	17.043	14.473	14.473
Longo Prazo	99.779	102.814	102.814

13. INTANGÍVEL

	30/06/2019	30/06/2018
Gastos com Desenvolvimento	891.248	(273.318)
Total	891.248	(273.318)

b) Movimentação do Intangível

	31/12/2018	30/06/2019	30/06/2018
Saldo Inicial	2.345	2.345	2.345
Aquisição	891.248	(273.318)	617.930
Amortização	(891.248)	(273.318)	(617.930)
Total	2.345	2.345	617.930

14. CAPTAÇÃO DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR REPASSES

	30/06/2019	30/06/2018
Depósitos	189.126	161.789
Depósitos à Vista	-	189.126
Depósitos Interfinanceiros	-	101.389
Depósitos a Prazo - CDB e RDB (1)	-	-
Depósitos de Rendimentos	407.727	813.302
Depósitos de Rendimentos de Investimentos	2.345	3.943.346
Total	191.471	509.116
Circulante	191.471	509.116
Longo Prazo	-	-

(1) O total de depósito a prazo com liquidez antecipada é de R\$ 852.352 (30/06/2018 - R\$ 562.451). Em 30 de junho de 2019, os Depósitos a Prazo estão compostos por RDB no montante de R\$ 138.230 (30/06/2018 - R\$ 130.796) e CDB de R\$ 5.026.145 (30/06/2018 - R\$ 3.069.923).

O Banco realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB) com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 129,50% do CDI, (30/06/2018 - 90% e 123% do CDI) e para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 5,80% a.a. e 19,60% a.a. (30/06/2018 - 5,64% a.a. e 19,60% a.a.). Para operações de RDB com taxas pós-fixadas praticadas de 101,50% a 106% do CDI (30/06/2018 - 101% a 106% do CDI).

a.1) Despesa de Captação no Mercado

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Depósitos Interfinanceiros	(5.189)	(1.182)
Depósitos a Prazo - CDB e RDB	(207.590)	(143.143)
Captação no Mercado Aberto	(50.750)	(3.867)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(52.597)	(29.552)
Despesas de contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC)	(4.866)	(3.672)
Despesas de Letras Financeiras	(4.864)	(6.651)
Despesas de Letras Imobiliárias	(44.016)	(31.296)
Despesas com operação estruturada - COE	(14)	(6)
Total	(322.963)	(221.905)

b) Captações no Mercado Aberto

	Até 3 Meses	Total	Até 3 Meses	Total
Carteira Própria	167.921	167.921	167.921	507.571
Títulos Públicos	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - NTN B	50.007	50.007	234.102	234.102
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	117.914	117.914	245.008	245.008
Outros	-	-	28.461	28.461
Carteira de Terceiros	-	-	120.937	120.937
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	120.937	120.937
Total	167.921	167.921	628.508	628.508

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2019	30/06/2018
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	-	-	1.809.323	1.342.862
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	465.891	714.844	628.588	1.809.323	1.342.862
Letras de Crédito do Imobiliário - LCI	262.895	955.086	378.672	1.596.653	1.069.148
Letras Financeiras - LF	4.739	272	53.302	58.313	92.969
Certificados de operações estruturadas - COE	-	-	-	-	472
Total	733.525	1.670.202	1.060.562	3.464.289	2.505.451
Circulante	733.525	1.670.202	1.060.562	3.464.289	2.505.451
Longo Prazo	-	-	-	2.403.727	2.199.202

O Banco realiza operações LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 89% e 102% do CDI (30/06/2018 - 86% e 103% do CDI). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 5,18% a.a. e 16,11% a.a. (30/06/2018 - 5,36% a.a. e 17,01% a.a.). Para LCI com taxas praticadas em operações pós-fixadas no montante de 90% a 103% do CDI (30/06/2018 - 86% e 102% do CDI). Para LF com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 114% a 121% do CDI (30/06/2018 - 112% a 120% do CDI). **d) Relações Interdependências:** Referem-se ao registro das ordens de pagamento em moedas

estrangeiras provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a ser cumpridas no País por seu contravaliante em moeda nacional e transferência de recursos entre dependências no montante de R\$ 18.667 passivo (30/06/2018 - R\$ 8.202 ativo). **e) Obrigações por Repasses do País:** O Banco possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeteira (Funcafé) destinadas a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

	Até 3 Meses	Total	Total
Funcafé - Capital de Giro	7.733	7.733	-
Total	7.733	7.733	-

Circulante

f) Despesa de Empréstimos e Repasses

	30/06/2019	30/06/2018
Despesas de Empréstimos no Exterior (1)	398	(7.646)
Despesas de Obrigações com Bancueiros no Exterior	(2)	-
Despesas de Repasses - Outras Instituições Oficiais	(436)	-
Total	(40)	(7.646)

(1) O efeito credor refere-se à variação cambial do semestre.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	30/06/2019	30/06/2018
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	923	843
Impostos e Contribuições sobre Salários	8.279	6.568
I.R. - s/Operações de renda fixa	235	140
I.R. - s/Operações de renda variável	85	-
IOF - Capital de Giro	22	650
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 9.b.2)	226.324	47.741
Outros	2.229	1.793
Total	238.097	57.735

b) Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2019	30/06/2018
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 16.b.1)	24.954	24.143
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 16.b.2)	16.645	14.219
Provisão para Pagamentos a Efetuar	79.957	67.725
Despesas de Pessoal	61.162	52.755
Outras Despesas Administrativas	15.674	12.984
Outros Pagamentos	3.121	1.986
Consignados	1.148	177
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios (1)	6.205	13.822
Contas a Pagar de Uso, Consumo e Prestação de Serviços	(30)	43
Casos de Crédito a Liquidar	43	157
Valores a pagar de sociedades ligadas	-	196
Recuperação de Crédito	4	8
Credores Diversos - Exterior/País (2)	267.117	168.675
Provisão para Fianças	6.220	1.876
Total	<	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

de Risco Operacional, documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o Comitê de Risco Operacional e Controles Internos. **b. Gerenciamento de Riscos de Mercado:** O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Banco. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco segue as melhores práticas de mercado e atende ainda aos requisitos da Resolução nº 4.557/17 do Banco Central. A análise de exposição das carteiras do Banco é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Conselho de Administração (CA). Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são: **• Value at Risk (Valor em Risco);** **• Stress Test;** **• Stop Loss.** **c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez:** As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Conselho de Administração (CA). Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução nº 4.557/17 do Banco Central. A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez do Banco. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas e fóruns responsáveis pela gestão de liquidez. Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Banco, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez. Os pilares que estruturam estas análises são: **• Fluxo de Caixa;** **• Teste de Estresse;** **• Caixa Mínimo.** **d. Gerenciamento de Riscos de Crédito:** Conforme Resolução nº 4.557/2017 do BACEN, o risco de crédito é definido como a possibilidade de perda financeira decorrente de não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros, ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. O Conselho de Administração (CA) é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e pela aprovação da Política de Risco de Crédito, em que são definidas as diretrizes para o processo de gerenciamento de Risco de Crédito. Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução nº 4.557/17 do Banco Central. Cabe ao Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR) assessorar o Conselho de Administração (CA) no que tange ao apetite a risco e os limites de risco de crédito, bem como as formas de mensurá-los e avaliá-los. Cabe ainda à Diretoria Executiva de Riscos, monitorar e reportar a aderência aos limites e, ainda, a mensuração das exposições potenciais de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Garantias Prestadas: Em 30 de junho de 2019, os avais, fianças e créditos para importação concedidos a terceiros pelo Banco, mediante comissão, somam R\$ 391.817 (30/06/2018 - R\$ 396.627), que estão sujeitos a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários. Em 30 de junho de 2019 e 2018 não há saldo de coobrigação em cessões de créditos, pelas taxas das cessões. Para as fianças e avais prestados foi constituída provisão no montante de R\$ 6.200 (30/06/2018 - R\$ 1.876).

	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2018
	Valor atualizado	Provisão	Valor atualizado	Provisão
Vinculadas a Licitações, Leilões e Prestação de Serviços ou Execução de Obras	43.898	(622)	37.915	(44)
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	311.217	(5.422)	81.969	(1.407)
Outras Fianças Bancárias	36.702	(155)	276.743	(425)
Total	391.817	(6.200)	396.627	(1.876)

b. Seguros: O Banco e suas controladas possuem seguros de seus principais ativos em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros. Em 30 de junho de 2019 o Banco não possui mais o seguro prestamista (30/06/2018 - R\$ 1), o mesmo ocorre para as despesas apropriadas (30/06/2018 - R\$ 11). **c. Plano de Aposentadoria e Pensões:** O Banco não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplicam ao Banco as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 695/2012. **d. Remuneração dos Administradores:** Os benefícios de curto prazo recebidos pela Administração foram no montante de R\$ 13.775 (30/06/2018 - R\$ 13.340). Os benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consistem na utilização do plano de saúde por 2 a 9 meses após o desligamento montam a R\$ 28 (30/06/2018 - R\$ 29). O Banco não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações. **e. Plano de Saúde - Benefício pós-emprego:** O Banco é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pelo Bradesco Saúde cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção a doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde conforme cláusulas do Acordo Coletivo, salvo exceções (reintegrações e eventuais prorrogações). O montante custeado para os demitidos até 30 de junho de 2019 é de R\$ 206 (30/06/2018 - R\$ 260). **f. Cessão de marca e domínio:** O Banco, com o objetivo de expandir a presença no setor de atividade em que atua, optou por utilizar a conceituada experiência na gestão de diversas marcas nacionais e internacionais da J&F Investimentos S.A., contando

com equipe e consultoria global de profissionais especializados nas áreas de Inteligência e Marketing. Em 22 de dezembro de 2016, o Banco Original S.A. cedeu para a J&F Investimentos S.A. (Parte Relacionada) a titularidade e todos os direitos sobre a marca e nome dos domínios: www.original.com.br e www.bancooriginal.com.br. O Banco continuará a explorar a marca e domínio mediante pagamento de royalties de 1% do resultado operacional para a J&F. O preço de venda acordado foi de R\$ 422.000 apurado por especialistas externos e independentes, a ser pago em 36 parcelas nas seguintes condições contratuais: R\$ 11.730 foram recebidos no ato da venda; o saldo de R\$ 410.270 será recebido em 35 parcelas mensais de R\$ 11.720, acrescidos pela variação positiva do CDI a partir do ato da venda até a data do efetivo pagamento. O saldo a receber em 30 de junho de 2019 e de R\$ 13.256 (30/06/2018 - R\$ 171.534), não tivemos resultados reconhecidos decorrentes de atualização de CDI devido a antecipação do recebimento dos juros de todas as parcelas ocorridas em 2018 (30/06/2018 - R\$ 16.277). No primeiro semestre de 2019 iniciamos o pagamento de royalties no montante de R\$ 6.349. Em abril de 2019 foram antecipadas duas parcelas, e em junho antecipado uma parcela totalizando um montante de R\$ 38.762 com descontos concedidos pela antecipação das parcelas no valor de R\$ 8.227.

30. ACORDO DE COLABORAÇÃO DE EXECUTIVOS E EX-EXECUTIVOS E DE LENIÊNCIA DA JBS S.A. E J&F INVESTIMENTOS S.A.
Em junho de 2017, a J&F Investimentos S.A. ("J&F"), atual acionista indireta do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A. (em conjunto com o Banco Original S.A., "Conglomerado Original"), celebrou acordo de leniência com o MPF ("Acordo"), e o Conglomerado Original aderiu formalmente ao Acordo em 4 de outubro de 2017. Em decorrência dos acontecimentos, a Administração do Conglomerado Original, em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia Sampaio Ferraz Sociedade de Advogados que iniciou, com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. ("Assessores"), uma investigação interna relacionada aos fatos narrados no Acordo, visando a constatar eventuais repercussões desses fatos no Conglomerado Original. Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente ("Comitê") para, entre outras atribuições, supervisionar a realização de investigação interna. Esse Comitê ratificou a contratação dos Assessores e passou a supervisionar, de forma independente, os trabalhos investigativos para verificar a observância das melhores práticas profissionais. A investigação foi formalmente encerrada em 27 de fevereiro de 2018. Os Assessores concluíram a investigação e não foram identificadas evidências de que a Administração atual do Conglomerado Original ou seus atuais empregados que foram objeto de investigação realizaram qualquer prática ilícita vinculada a atividades de corrupção. As demais investigações realizadas em empresas sob controle da J&F, por força do Acordo, estão em curso e não foram concluídas. A conclusão dessas investigações poderá tratar de fatos pertinentes a qualquer das sociedades nas quais a J&F detém participação direta ou indireta.

A DIRETORIA

CONTADOR: Carlos de Souza Valentim - CRC- RJ 049674/O-4TC

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria (Comitê) do Banco Original S.A. (Banco) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras. O Comitê é um órgão composto por dois membros externos e independentes e um diretor do Banco e reporta-se ao Conselho de Administração (Conselho). Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Banco, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna e a auditoria independente. Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Banco, de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições. A Administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade. A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Presidente e supervisionada pelo Comitê. Atua de forma objetiva e independente

e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A Auditoria Interna provê o Conselho, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Banco. A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco, e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O Comitê reuniu-se 6 vezes no primeiro semestre de 2019 (6 vezes no primeiro semestre 2018) e fez 41 reuniões (37 no primeiro semestre de 2018) com a empresa de auditoria independente, com o responsável pela auditoria interna, bem como com os gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar

as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2019. O Comitê de Auditoria emitiu duas recomendações de implantação desejável à Administração no primeiro semestre de 2019. O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórios frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2019 do Banco J&F elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Banco. Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Banco. O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Banco a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas de 30 de junho de 2019.

São Paulo, 21 de agosto de 2019

O Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do

Banco Original S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Investigação J&F Investimentos S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 30 às demonstrações financeiras do Banco, que descreve sobre o Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., esta atual acionista indireta do Banco, bem como sobre o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação a J&F Investimentos, controladas e coligadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que a entidade possui transações relevantes com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa 19 às demonstrações financeiras. Nossa opinião não está sendo ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais

riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

KPMG

KPMG Auditores Independentes

CRC 25P014428/O-6

São Paulo, 27 de agosto de 2019

Marco Antonio Pontieri

Contador - CRC 15P153569/O-0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância das normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e do modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Este relatório, as demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

• Desempenho nos Negócios

1. Resultados
Em 30 de junho de 2019, o Banco apresentou lucro líquido de R\$ 3.022, contra um lucro de R\$ 674 apresentado no primeiro semestre de 2018.

2. Ativos

O total de ativos atingiu R\$ 157.051 (30/06/2018 - R\$ 143.943), representado principalmente por:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Aplicações Interfinanceiras	117.914	110.700
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	37.794	25.496
Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito	-	48

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido atingiu, ao final do semestre, o montante de R\$ 135.971 (30/06/2018 - R\$ 132.439), composto da seguinte maneira:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Capital Social	109.123	109.123
Ajustes de Avaliação Patrimonial	362	327
Reservas de Lucros	26.486	22.989

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2019	30/06/2018
Ativo Circulante		139.660	121.242
Disponibilidades	4	135	220
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	117.914	110.700
Aplicações no Mercado Aberto		117.914	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	110.700
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	20.679	9.063
Carteira Própria		20.679	9.063
Relações Interfinanceiras	7	-	4
Créditos Vinculados:		-	4
Depósitos no Banco Central		-	3
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		-	1
Operações de Crédito	-	-	-
Setor Privado	8.a	-	48
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	-	(48)
Outros Créditos	9	789	1.200
Créditos Tributários	9.a.1	-	427
Diversos	9.c	789	773
Outros Valores e Bens	9.d	143	55
Despesas Antecipadas		143	55
Ativo Realizável a Longo Prazo	17.187	22.393	16.433
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	17.115	16.433
Carteira Própria		17.115	7.247
Vinculados a Compromissos de Recompra		-	7.871
Vinculados à Prestação de Garantias		-	1.315
Outros Créditos	9	72	5.960
Créditos Tributários	9.a.1	-	5.891
Diversos	9.c	72	69
Permanente	204	308	308
Investimentos	10	100	100
Participações em Coligadas e Controladas:		100	100
No País		100	100
Imobilizado de Uso	11	99	171
Outras Imobilizações de Uso		1.475	1.475
(Depreciação Acumulada)		(1.376)	(1.304)
Intangível	12	5	37
Ativos Intangíveis		447	447
(Amortização Acumulada)		(442)	(410)
Total do Ativo		157.051	143.943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	30/06/2019	30/06/2018
Passivo Circulante		18.539	9.158
Depósitos	13.a	13.098	292
Depósitos à Vista		21	20
Depósitos Interfinanceiros		13.077	-
Depósitos a Prazo		-	272
Captações no Mercado Aberto	-	7.806	7.806
Carteira Própria		-	7.806
Outras Obrigações	5.441	1.060	1.060
Fiscais e Previdenciárias	14.a	5.028	741
Diversas	14.b	413	319
Passivo Exigível a Longo Prazo	2.541	2.346	2.346
Outras Obrigações	2.541	2.346	2.346
Diversas	14.b	2.541	2.346
Patrimônio Líquido	135.971	132.439	132.439
Capital Social:	109.123	109.123	109.123
De Domiciliados no País	16.a	109.123	109.123
Reservas de Lucros	16.d	26.486	22.989
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.b	362	327

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição diante da liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de o Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito, em relação a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado
14. OUTRAS OBRIGAÇÕES
a) Fiscais e Previdenciárias

	30/06/2019	30/06/2018
Impostos e Contribuições a Recolher	40	48
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	12	12
Outros	28	36
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	432	396
Provisão para Imposto de Renda	290	211
Provisão para Contribuição Social	142	185
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 9.a.2)	4.556	297
Total	5.028	741
Circulante	5.028	741

b) Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2019	30/06/2018
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 15.b.1.1)	2.541	2.346
Provisão para Pagamentos a Efetuar	313	173
Outras despesas administrativas	149	122
Outros pagamentos	164	51
Subscrições de capital a integralizar (1)	100	100
Credores Diversos - Exterior/País	46	46
Total	2.954	2.665
Circulante	413	319
Longo Prazo	2.541	2.346

(1) Constituído por capital a integralizar da Original Investimentos Imobiliários Ltda. (vide Nota Explicativa nº 10).

15. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E PROVISÕES

a) Ativos Contingentes: Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. **b) Provisões e Passivos Contingentes:** **b.1) Provisão para Processos Trabalhistas:** São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas devidos. Em 30 de junho de 2019 o Banco possuía depósitos judiciais no montante de R\$ 72 (30/06/2018 - R\$ 69). **b.1.1) Movimentação das Provisões para Processos Trabalhistas**

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Saldo Inicial	2.463	2.305
Constituição	15	29
Atualização Monetária	116	91
Reversão	(53)	(8)
Saldo Final	2.541	2.346

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até 4 anos. **b.2) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível:** São processos de natureza trabalhista ou civil classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Em 30 de junho de 2019 o Banco possuía processos de natureza civil como perda possível no montante de R\$ 72 (30/06/2018 - R\$ 72). Não tivemos processos trabalhistas classificados como possível.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: Em 30 de junho de 2019, o capital social de R\$ 109.123 (30/06/2018 - R\$ 109.123) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	Ordinárias R\$	Total	Ordinárias R\$	Total R\$
De Domiciliados no País	109.123	109.123	109.123	109.123
Total	109.123	109.123	109.123	109.123

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial: Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN no montante de R\$ 362 (30/06/2018 - R\$ 327). **c) JCP e Dividendos:** Nos primeiros semestres de 2019 e 2018 não foram deliberados dividendos na forma de JCP, os acionistas concordaram pela não distribuição do dividendo obrigatório da Lei nº 6404/76. **d) Reserva de Lucros:**

d.1) Reserva Legal: A reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro do semestre, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão do Estatuto Social e legislação vigente. No primeiro semestre de 2019 foi constituída a reserva legal no montante de R\$ 151 (30/06/2018 - R\$ 34). O saldo da reserva legal em 30 de junho de 2019 atingiu o montante de R\$ 3.676 (30/06/2018 - R\$ 3.502). **d.2) Reserva Estatutária:** A reserva estatutária é constituída por determinação da instituição como destinação de uma parcela do lucro do semestre. No primeiro semestre de 2019, foi constituída reserva no montante de R\$ 2.871 (30/06/2018 - R\$ 640). Em 30 de junho de 2019 o montante de reserva estatutária foi de R\$ 22.810 (30/06/2018, de R\$ 19.487).

17. LIMITES OPERACIONAIS

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013 e alterações posteriores definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). O cálculo dos Ativos Ponderados ao Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o Índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pelo Banco. No quadro abaixo destaca-se a abertura do Índice de Basileia, calculado com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial (Banco Original S.A., Banco Original do Agronegócio S.A. e Offshore Cayman), nos termos da Resolução nº 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro.

	30/06/2019	30/06/2018
Patrimônio de Referência Nível I	1.361.778	1.228.159
Patrimônio de Referência (Níveis I e II)	1.361.778	1.228.159
RWA (Patrimônio de Referência Exigido)	9.922.919	8.127.544
RWA _{merc} (Parcela de Risco de Crédito)	7.340.376	6.420.206
RWA _{merc} (Parcelas de Risco de Mercado)	1.604.635	856.617
RWA _{merc} (Parcela de Risco Operacional)	977.908	850.721
Índice de Basileia III e II (1)	13,7%	15,1%

(1) Para fins de apuração do Índice de Basileia, o conglomerado de forma conservadora, e em linha com os conceitos de Basileia de uma gestão prudencial, está excluindo o impacto da venda da marca e da corretora na apuração do Nível I e a Exposição de RWA, afirmando demonstrar a não alcançagem dos negócios até que haja o efetivo recebimento das parcelas em aberto pela venda da marca. O índice de Basileia não excluiu os impactos mencionados e é de 14,23%.

Em junho de 2019 e 2018 o Conglomerado Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório, de 10,5%, e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco do Banco. O Conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br. Adicionalmente ao

Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2019 e 2018, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

18. PARTES RELACIONADAS

a) Participação Acionária: A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 30 de junho de 2019 e 2018:

Acionistas	30/06/2019		30/06/2018	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
J&F Participações S.A. (J&F) (1)	99.000.000	99%	99.000.000	99%
Pessoas Físicas (PF)	1.000.000	1%	1.000.000	1%
Total	100.000.000	100%	100.000.000	100%

(1) Empresa de investimentos (Holding).

b) Transações com Partes Relacionadas: Em 30 de junho de 2019 e 2018, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 4.636/2018, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	110.700	110.700	27	27
Banco Original S.A.	110.700	110.700	27	27
Aplicações em Operações Compromissadas	117.914	117.914	2.998	2.998
Banco Original S.A.	117.914	117.914	2.998	2.998
Ações	20.679	9.063	9.387	(1.556)
JBS S.A. (JBS)	20.679	9.063	9.387	(1.556)
Captação no mercado aberto	(7.806)	(7.806)	—	—
Banco Original S.A.	(7.806)	(7.806)	—	—
Depósitos Interfinanceiros	13.077	13.077	(373)	(373)
Banco Original S.A.	13.077	13.077	(373)	(373)

19. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Outras Prestações de Serviços	1	1
Total	1	1

20. DESPESAS DE PESSOAL

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Remuneração	—	(7)
Encargos	—	(3)
Benefícios	—	(6)
Total	—	(16)

21. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(121)	(259)
Depreciações e Amortizações	(41)	(68)
Propaganda e Publicidade	(164)	(31)
Comunicações	(101)	(70)
Processamento de Dados	(1.474)	(1.634)
Aluguéis	(13)	(12)
Serviços do Sistema Financeiro	(36)	(349)
Despesa com licença de informações financeiras	(243)	—
Outras multas	(374)	—
Outras	(63)	(179)
Total	(2.630)	(2.602)

22. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Despesa com COFINS	(537)	(152)
Despesa com PIS/PASEP	(87)	(25)
Total	(624)	(177)

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Atualização de Impostos a Compensar	16	2
Recuperação de Encargos e Despesas	10	2
Atualização de Depósitos Judiciais	2	9
Total	18	30

24. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Provisões Operacionais	(78)	(41)
Trabalhistas	(6)	(113)
Indenizações Trabalhistas	(84)	(154)

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CORRENTE E DIFERIDO)

Em 30 de junho de 2019 e 2018, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis. Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas excludentes no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado. O ativo e passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - Diversos" e "Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Resultado antes da Tributação e deduzidas as participações do lucro e JCP	10.108	1.169
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	10	(27)
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	384	(19)
Base de cálculo - CSLL	10.118	1.142
Base de cálculo - IRPJ	10.491	1.150
CSLL (1)	(2.711)	(228)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(4.375)	(267)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.086)	(495)
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	(7.086)	(495)

(1) Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos à CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018, retornando a alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

26. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes. Em fevereiro de 2019 foi constituído o Conselho de Administração (CA) do Banco Original que, conforme regulação vigente, é a autoridade superior nas decisões quanto ao apetite a risco e a alocação de capital do Conglomerado. Por sua vez, o Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR) é responsável por assessorar o CA nas discussões de gestão de capital, principalmente quando relacionado ao Apetite a Risco da instituição. As revisões das diretrizes de gerenciamento de risco e de capital, bem como os limites de risco, são definidas por comitê composto pelo corpo diretivo do Banco. Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados. O Banco qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes: **Risco de Crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas. **Risco de Mercado:** possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição perante a liquidez dos mercados durante processos de liquidação. **Risco de Liquidez:** possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. **Risco Operacional:** possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos. **Gestão de Capital:** é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeito, perante seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. **a. Gerenciamento de Riscos Operacionais:** Segundo a Resolução 4.557/17, incluem-se nos eventos de risco operacional: fraudes internas e externas; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da Instituição; danos a ativos físicos próprios ou de uso pela Instituição; aqueles que acarretam interrupção de atividades; falhas em sistemas de tecnologia da informação; e demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho. Inclui-se ainda os riscos associados a: falhas em processos realizados por terceiros que possam afetar a operação do Banco e consequentemente sua imagem; inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição; Sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais/regulatórios, incluindo o descumprimento do programa de integridade e indenizações decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco. A estrutura de risco operacional do Banco Original visa a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional, documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o Comitê de Risco Operacional e Controles Internos. **b. Gerenciamento de Riscos de Mercado:** O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Banco. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda aos requisitos da Resolução nº 4.557/17 do Banco Central. A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Conselho de Administração (CA). Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são: • *Value at Risk* (Valor em Risco); • *Stress Test*; • *Stop Loss*.

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez: As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Conselho de Administração (CA). Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução nº 4.557/17 do Banco Central. A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descausamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas e fóruns responsáveis pela gestão de liquidez. Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Banco, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez. Os pilares que estruturam estas análises são: • Fluxo de Caixa; • Teste de Estresse; • Caixa Mínimo. **d. Gerenciamento de Riscos de Crédito:** Conforme Resolução nº 4.557/2017 do Bacen, o risco de crédito é definido como a possibilidade de perda financeira decorrente de não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros, ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. O Conselho de Administração (CA) é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e pela aprovação da Política de Risco de Crédito, onde são definidas as diretrizes para o processo de gerenciamento de Risco de Crédito. Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução nº 4.557/17 do Banco Central. Cabe ao CEGIR assessorar o CA no que tange ao apetite a risco e os limites de risco de crédito, bem como as formas de mensurá-los e avaliá-los. Cabe ainda à Diretoria Executiva de Riscos, monitorar e reportar a aderência aos limites e, ainda, a mensuração das exposições potenciais de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES
a. Garantias Prestadas: Em 30 de junho de 2019 e 2018, não foram concedidos avais de fianças a terceiros pelo Banco, mediante comissão que está sujeita a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários.
28. ACORDO DE COLABORAÇÃO DE EXECUTIVOS E EX-EXECUTIVOS E DE LENIÊNCIA DA JBS S.A. E J&F INVESTIMENTOS S.A.
Em junho de 2017, a J&F Investimentos S.A. ("J&F"), atual acionista indireta do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A. (em conjunto com o Banco Original S.A., "Conglomerado Original"), celebrou acordo de leniência com o MPF ("Acordo"), e o Conglomerado Original aderiu formalmente ao Acordo em 4 de outubro de 2017. Em decorrência dos acontecimentos, a Administração do Conglomerado Original, em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia Sampaio Ferraz Sociedade de Advogados que, juntamente com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. ("Assessores"), iniciaram uma investigação interna relacionada aos fatos narrados no Acordo, visando a constatar eventuais repercussões desses fatos no Conglomerado Original. Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente ("Comitê") para, entre outras atribuições, supervisionar a realização de investigação interna. Esse Comitê ratificou a contratação dos Assessores e passou a supervisionar, de forma independente, os trabalhos investigativos para verificar a observância das melhores práticas profissionais. A investigação foi formalmente encerrada em 27 de fevereiro de 2018. Os Assessores concluíram a investigação e não foram identificadas evidências de que a Administração atual do Conglomerado Original ou seus atuais empregados que foram objeto de investigação realizaram qualquer prática ilícita vinculada a atividades de corrupção. As demais investigações realizadas em empresas sob controle da J&F, por força do Acordo, estão em curso e não foram concluídas. A conclusão dessas investigações poderá tratar de fatos pertinentes a qualquer das sociedades nas quais a J&F detém participação direta ou indireta.

A DIRETORIA
CONTADOR: Carlos de Souza Valentim - CRC- RJ 049674/O-4TC
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do

Banco Original do Agronegócio S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original do Agronegócio S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Investigação J&F Investimentos S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 28 às demonstrações financeiras do Banco, que descreve sobre o Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., esta atual acionista indireta do Banco